

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

Impugnação nº 001

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 131/2023
Processo Administrativo Nº: 5.151/2023
UASG: 985867

A empresa **GVFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 31.531.888/0001-12, sediada na Rua Maiorca nº 117, Santa Terezinha, Colombo/PR, CEP 8348-630, na qualidade de licitante, vem por seu representante legal, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Instrumento Convocatório, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor: -

I. DOS FATOS E DOS DIREITOS

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital e constatou que o descritivo do Itens 130/131 restringe não só nossa participação, como de demais potenciais fornecedores, pois ambos os descritivos solicitam que a Sonda enteral possua ponta de tungstênio.

Ocorre que o descritivo da forma que está restringe não somente a recorrente de participar do certame, como também as outras empresas que comercializam produto confeccionado em **MATÉRIAL COMPATIVEL OU SIMILAR**, como por exemplo, material confeccionado com **FIO GUIA LUBRIFICADO**.

O produto a qual a requerente deseja ofertar também é composto de fio guia lubrificado.

Além disso, sabemos que o lubrificante é utilizado nas sondas enterais para, facilitar a retirada do fio guia.

Dessa maneira, a exigência da Sonda em conter Bisnaga Lubrificante restringe não só a nossa participação, como de demais fornecedores, pois possuem o interesse de ofertar produto **COMPATÍVEL/SIMILAR**.

O lubrificante serve somente para facilitar a retirada do fio guia, que no caso, tanto a Sonda com Bisnaga Lubrificante, quanto à sonda com fio guia lubrificado, ambas terão a mesma função.

Desta forma, se faz necessária a readequação do descritivo ou a autorização para que seja ofertado o produto com **FIO GUIA LUBRIFICADO**.

O pregão eletrônico foi criado visando, basicamente, aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório. É um método que amplia a disputa licitatória, permitindo a participação de várias empresas de diversos estados. Trata-se de uma modalidade ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes.

Ademais, a impugnante já fornece o produto com Fio Guia Lubrificado para diversos Hospitais Federais, Estaduais e Municipais por todo o Brasil.

O Princípio da Razoabilidade estabelece que os atos da administração pública no exercício de atos discricionários devem atuar de forma racional, sensata e coerente. Ele impõe limites à discricionariedade administrativa, ampliando o âmbito de apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário.

Também chamado de princípio da proporcionalidade, é mais uma tentativa de travar a discricionariedade da Administração Pública, evitando que ocorra o excesso.

Razoabilidade é um dos alicerces do direito administrativo que impõe que as decisões administrativas devam ser reflexos do bom senso e sejam dotadas de razão.

Para **Hely Lopes Meirelles**, o Princípio da Razoabilidade pode ser chamado de princípio da proibição de excesso, pois “objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais”.

O Princípio da Razoabilidade não está expressamente previsto na Constituição Federal, mas é observado de forma indireta em outros dispositivos constitucionais.

A Lei 8.666/93 preza pela ampla concorrência, se não vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

A descrição da forma que está redigida no edital **RESTRINGE** não só a nossa participação no certame, assim como **FRUSTA O SEU CARÁTER COMPETITIVO** e priva a participação de demais licitante que possuem o interesse em ofertar o produto com ponta em aço inoxidável.

II. DO PEDIDO

Ex positis, REQUER, que seja reavaliado o edital para alteração dos descritivos do Itens 130/131 para **SONDA COM BISNAGA LUBRIFICANTE OU MATERIAL COMPATIVEL/SIMILAR** conforme demonstrado em peça de impugnação. Este pedido é benéfico para administração pública, pois visa à ampla competitividade.

Termos em que Pede Deferimento.

Colombo, 23 de Agosto 2023.

Vanessa Ramos dos Santos
Responsável legal
CPF: 053.943.779-44
RG: 970.8381-9